

A experiência dos protagonistas do Maio 68: Debate entre Pierre Zarka (PCF) e Daniel Bensaïd (LCR)

Daniel Bensaïd, filósofo, era membro da Juventude Comunista Revolucionária (JCR) em 1968 (deu depois origem à LCR e ao NPA); Pierre Zarka era membro da União de Estudantes Comunistas (UEC). O debate foi publicado em 2008 no jornal *L'Humanité*, o diário do Partido Comunista Francês (PCF).

L'Humanité: Qual era o estado de espírito dos jovens militantes no ano de 1968?

Daniel Bensaïd: No final de janeiro de 1968, organizámos uma grande manifestação em Berlim, de solidariedade com o Vietname, durante os Jogos Olímpicos de Inverno, que se realizavam em Grenoble. Era uma preparação do espírito de 68. E foi nessa sequência que se realizou a manifestação em Paris contra o American Express, em que foi preso Xavier Langlade, militante da JCR. Nessa manhã, decidimos pintar “liberdade para Langlade” na entrada da faculdade, e esse gesto transgressivo - na época! - foi o início da luta de Nanterre.

Pierre Zarka: No fundo, Maio de 68 é uma questão de geração. Tínhamos passado a nossa infância no contexto dos movimentos de libertação e do colapso dos impérios coloniais. Os nossos pais eram da geração dos vencedores, contra o nazismo. O progresso das ciências, das tecnologias, criava o sentimento positivista de que, irremediavelmente, subiríamos na escala social. Depois, veio a Primavera de Praga e, apesar da crítica ao estalinismo, existia o sentimento de que se poderia pensar a sociedade de modo alternativo ao capitalismo. No entanto, eu não pensava como o Daniel. Por exemplo, nessa época, em Nanterre, os estudantes lutavam contra a proibição da mixidade nas residências universitárias. Na UEC ríamos-nos disso, não era sério, não era político. Mas isso cristalizava as aspirações à autonomia, à liberdade, o que não conseguimos perceber. Além disso, nós herdávamos o desejo muito profundo da família

comunista de nos integrarmos na via institucional. Tínhamos por isso um preconceito contra tudo o que parecesse violência ou provocação, sobretudo se vinha de um movimento que não controlávamos..

Daniel Bensaïd: A minha adesão ao setor de oposição dentro do Movimento da Juventude Comunista, em Toulouse, veio da recusa do partido de que os e as militantes se misturassem, mesmo que estivéssemos num dos raros liceus mistos. Mais tarde, li a *Revolução Traída*, de Trotski, e o capítulo do “termidor na família”, sobre uma certa ideia de ordem familiar e doméstica. Fui também influenciado pela revista *Partisans*, do Maspero, por Boris Fraenkel, que tinha introduzido a crítica do desporto, da sexualidade, na edição pirata de *O Combate Sexual da Juventude*, de Wilhem Reich, que era distribuído clandestinamente em 1967 e 1968. Sobre a questão da violência, o contexto internacional era muito forte: a ofensiva do Tet no Vietname, a Primavera de Praga, os movimentos no México e no Paquistão. Tinha havido antes a morte do Che. Tudo isso dava-nos a ideia de que a violência podia ser emancipadora: “o poder está na ponta da espingarda”...

L’Humanité: Hoje, alguns evocam o Maio de 68 como a emergência do individualismo. Nesse momento dizia-se emancipação. Onde está a fronteira?

Daniel Bensaïd: Na época, a aspiração à liberdade individual não entrava em contradição com as solidariedades e os comportamentos coletivos. Afirmar a sua personalidade era um progresso. Marx tinha uma ideia sobre o progresso: que a articulação entre as necessidades de cada um fizesse que a humanidade se tornasse mais singular e composta de personalidades. Dizer “eu” é importante. Hoje, há um discurso sobre o indivíduo que cola com a individualização dos salários, dos horários, do sistema de segurança... e que é coerente com a concorrência entre as pessoas. Penso que o divórcio entre o “eu” e o “nós” das práticas e políticas em favor da justiça, da igualdade e da solidariedade não se deve ao Maio de 68. Pelo contrário, é um recuo em relação ao Maio de 68, em que a libertação de cada um era a condição da libertação de todos, e reciprocamente. A emancipação não é um prazer solitário.

Pierre Zarka: Eu também contesto o mito do individualismo. Que hoje se tente dessocializar os indivíduos na organização do trabalho, na vida quotidiana, etc., é evidente. Mas não quero assimilar à pressa o “eu” e o individualismo. É desde que existe o “eu” que se exprime uma preocupação universal com o planeta, que nos

preocupamos com a dimensão da mundialização, mesmo se o capitalismo também faz parte disso. Há evidentemente uma vontade de reduzir o indivíduo a si próprio, dessocializando-o, mas parece-me que, por agora, não é o fator dominante. Tenho tendência a ter uma visão mais positiva do “eu”. Em 1968, assistiu-se à emergência de qualquer coisa de novo, a prática da assembleia geral. Era uma modalidade muito coletiva, mas, ao mesmo tempo, permitia que o indivíduo se afirmasse. Paradoxalmente, com esta novidade, vemos ressurgir uma forma do passado, o “líder carismático”, Cohn-Bendit, que fala em nome de todos.

Daniel Bensaïd: Cohn-Bendit soube usar muito bem um fenómeno hoje muito conhecido: o papel dos *media*, capazes de cooptar pessoas para o papel de porta-voz.

L’Humanité: Esta aspiração à emancipação ia a par com a emergência da autogestão, como foi experimentada, mais tarde, em 1973, na fábrica Lip. Qual foi a importância desta ideia na prática da política?

Pierre Zarka: Os operários da Lip criaram esta experiência de autogestão que vinha do Maio de 68. A autogestão é portadora de uma outra ideia da gestão das empresas, mas também da sociedade.

Daniel Bensaïd: Creio que a ideia não nasceu no Maio de 68. O tema já era discutido por Serge Mallet, Gorz, pela experiência jugoslava. Foi amplificado por 68, com o desejo de multiplicar a auto-organização. É uma questão de unidade e de democracia. Sabemos que a paisagem sindical em França está muito dividida e que os coletivos eleitos nos movimentos de luta são a forma de consolidar a unidade com uma representação comum.

A burocratização está por todo o lado na sociedade, na administração, nas ONG e, claro, que nos partidos. Vive-se essas organizações como um risco de alienação da sua individualidade e um risco de arregimentação. Mas são também instrumentos de resistência face aos *media*, ao dinheiro, aos que nos retiram a palavra. As organizações coletivas tentam criar um espaço de debate democrático e a sua existência parece-me importante. Agora vivemos mergulhados na comunhão, na relação fusional entre a personalidade carismática e a opinião, e é isso que suprime a mediação dos partidos e, com ela, toda a discussão sobre o programa, toda a deliberação racional. Sei que o instrumento do poder não deve ser o partido, deve ser o conselho, o comité de autogestão, a assembleia popular... mas

a pluralidade dos partidos que apresentam propostas é uma condição da vida democrática.

L'Humanité: Pierre Zarka fez uma espécie de crítica do comportamento do PCF em 68. Como é que o Daniel vê o papel da JCR então?

Daniel Bensaïd: Para colocar as coisas em proporção, a JCR eram trezentos miúdos cujo avô, Alain Krivine, tinha vinte e cinco anos. A partir daí, pode dizer-se que era para nós um exercício intelectual político. Além disso, nós vínhamos do PCF e sabíamos que a relação do partido com o movimento operário tem raízes históricas. Ao contrário de Cohn-Bendit que falava de “crápulas”, ou de certas formas do maoísmo, tínhamos uma relação diferente com o PCF e com a CGT. Atitudes esquerdistas certamente as houve. Mas a nossa linha política procurava ser aberta. Tinha então sido apresentada a candidatura de Mitterrand, que pensou que o poder estava vago, lançando a palavra de ordem de “governo popular sem exclusivos nem dosagem”. A nossa resposta foi muito algébrica: “governo popular, sim, Mitterrand-Mendès France, não”, porque para nós eram símbolos de uma recuperação pelo centro. Mas, ao mesmo tempo, pensávamos que tudo era possível, mas que o Maio de 68 era um ensaio e não uma revolução. A nossa linha tinha um efeito mais pedagógico do que prático.

Creio que os maiores erros os fizemos depois: pensámos mesmo que o Maio de 68 era um ensaio geral e que a “estreia” seria a curto prazo, não mais de cinco anos. E aí entramos mesmo numa fase esquerdista. Tanto mais que houve em 1973 o golpe do Chile, que temíamos que fosse um cenário semelhante ao de uma vitória da esquerda em França.

L'Humanité: O Maio de 68 permitiu a redução do tempo de trabalho, aumentos de salários, os direitos sindicais nas empresas... No entanto, não alcançou o objetivo de mudar em profundidade a sociedade. Porquê?

Pierre Zarka: Como explicar que um tal movimento desse lugar, anos depois, ao triunfo do neoliberalismo? Havia qualquer coisa de único e de novo no 68 francês, não somente em relação aos outros países, mas também em relação a 1936 e 1945: era a primeira vez que, desde há muito tempo, os próprios fundamentos da sociedade eram postos em causa, e não só pelo movimento estudantil. Há testemunhos dos operários que colocam em questão as relações de submissão, de alienação, que ultrapassam o quadro do trabalho. Na minha opinião, o PCF não

soube ler politicamente este movimento de fundo da sociedade, porque não o tinha impulsionado e não o controlava, mas também porque vivia num esquema de dissociação entre as reivindicações sociais e as políticas.

Estou-me a repetir, mas assistimos à emergência da prática da assembleia geral e, ao mesmo tempo, de um regresso ao passado. O movimento estudantil estava à procura de referências, olhando para figuras carismáticas, mais de antes de 1960 do que da segunda metade do século XX. A distância entre a inovação e o passado encontra-se também no PCF na sua incapacidade de encontrar um prolongamento de 68, na repetição de 1936. O PCF não conseguia ter uma interpretação política do que estava fora das instituições, procurava sempre soluções no que tinha funcionado bem no passado. Foi o que, na minha opinião, caracterizou todas as forças de Maio de 68, mesmo se algumas estavam mais alertas aos novos fenómenos.

Daniel Bensaïd: O Pierre analisa a história em função do modo como viveu a orientação do Partido Comunista e a sua relação com a inovação. Na JCR não tínhamos tradição de aparelho. O que me interessa é a lição estratégica a concluir do Maio de 68. Num dossiê do diário *L'Humanité*, do PCF, publicado em 1998, um responsável da CGT dizia: «Nunca pensámos em convocar uma greve geral». Isso teria significado organizar nacionalmente a greve, centralizá-la e, portanto, transformar-se num contrapoder às tentativas pessoais de Mitterrand. Waldeck-Rochet (foi secretário-geral do PCF) diz dos ensinamentos de 68: «Não é verdade que o poder estivesse vago». Mitterrand responde: «Houve um momento em que a esquerda foi apanhada de surpresa, mas menos que o governo. Os acontecimentos desenrolaram-se durante algumas semanas sem que exercesse o mínimo controlo sobre eles». O problema é de saber o que se faz num momento como esse. No caso, não se ousou a crise - o que poderia não significar forçosamente insurreição e guerra civil - e ficou-se na rotina parlamentar e eleitoral. Para mim, tudo era possível, e mesmo se Mitterrand tivesse chegado ao governo, com a pressão da greve geral e no contexto europeu da época, o curso dos acontecimentos poderia ter mudado.

Pierre Zarka: Eu não me refiro somente ao que se passou no governo. Se houve a decisão de não ir mais longe, o problema não é simplesmente que o PCF não quis colocar a questão do poder. Ao afirmar que fora de uma aliança com a SFIO (que viria a ser o PS) não havia alternativa, o PCF impediu-se de pensar sobre as novas forças que tinham surgido do movimento. Não se tratava de encontrar

forças de substituição, não tinham peso suficiente, mas de juntar um perímetro de alianças mais amplo do que SFIO-PCF para, dessa forma, colocar a questão do poder. É o problema de fundo da política, o que gerou a década seguinte e criou as condições da vitória de Mitterrand nos anos 1980. Porque, finalmente, depois de 68, ele foi o único a inovar politicamente ao dissolver a SFIO e ao juntar um partido de esquerda que se chamou PS. À esquerda, as diversas componentes estavam em guerra entre si...

Daniel Bensaïd: É preciso acrescentar alguns elementos. Para mim, a viragem ocorreu entre 1975 e 1979, porque a sequência de Maio de 68 chega até então. Foi o golpe que paralisou a revolução portuguesa em 1975, o pacto da Moncloa em Espanha (que deu origem ao acordo para a Constituição que organizou a transição do franquismo), a viragem da austeridade e o compromisso histórico em Itália. Foi também a divisão da esquerda em França quando parecia que a vitória eleitoral era possível em 1978. Essa viragem permitiu a Mitterrand ganhar em 1981, em condições muito diferentes das que resultariam da greve geral. Quanto ao movimento operário, estava instalado a nível europeu numa visão keynesiana de crescimento e da empresa, que tinha a ilusão de poder negociar. Isso foi pesado.

Pierre Zarka: Creio que mesmo a viragem que evoca o Daniel era sentida desde 1968. Começou mal, com o esmagamento da Primavera de Praga em agosto desse ano. Perdemos a esperança na capacidade de reforma do sistema soviético. A obsessão do PCF quanto a um programa comum desempenhou um papel considerável. Inclusive porque essa questão se tornou um dos temas principais da confrontação política à esquerda. Ao mesmo tempo, outros mexiam-se. Nos Estados Unidos começavam a ser resolvidos os problemas dos direitos cívicos dos negros. Começava a saída das tropas norte-americanas do Vietname. Pouco a pouco, Washington começava a ter os meios de ser menos impopular. Quer dizer que todo o aparelho reacionário, no fundo, estava em vias de se mexer, em resposta ao que mudou na sociedade. Ao passo que os que fizeram o Maio de 68 foram incapazes, nesse momento, de se colocar ao nível do que eles próprios reivindicavam, o que fez com que o Maio de 68 não conseguisse cumprir as suas promessas.